

## Reforma Política [2]: Sistemas Majoritários e o Voto Distrital

 Luís Felipe G. da Graça

 8+1  0

Os cientistas políticos geralmente classificam a diversidade de regras eleitorais existentes em três grandes famílias: (1) sistemas majoritários que prezam pela regra da maioria; (2) sistemas “proporcionais”, que prezam pela proporcionalidade entre votos e representantes; e (3) sistemas “mistos”, que buscam conciliar características dos dois anteriores. Os sistemas majoritários têm a favor a simplicidade. O princípio que guia todo o processo é garantir ao(s) mais votado(s) o cargo de representante. Não há qualquer forma de transferência de votos que, com base em algum parâmetro que não o voto no indivíduo (partidos, coligações, ou mesmo outra preferência do eleitor), altere o resultado final. Ganham os mais votados.

Há, atualmente, duas propostas de sistemas majoritários sendo debatidas publicamente no Brasil: um é o chamado **voto distrital**; e o outro, o **distritão**. Este post analisa os pontos em torno do voto distrital. A separação dos dois modelos se baseia na quantidade de cargos em disputa no território. A adoção de um sistema distrital propõe a divisão do país (e dos Estados) em centenas de pequenos territórios que elegeriam um deputado federal cada. Já o **distritão** – a ser analisado em um próximo post – poderia seguir a tradição brasileira de usar os Estados como território eleitoral, mantendo a quantidade de cargos em disputa entre 8 e 70.

### Leia também

*O que é a reforma política? Entenda os principais modelos em discussão*

O sistema distrital é adotado em diversos países, principalmente aqueles de colonização britânica (Reino Unido, Estados Unidos, Canadá e Índia, por exemplo). É associado com o objetivo de formar governos e permitir ao eleitor punir esses governos a partir do voto no seu representante local. Esse sistema realça a proximidade entre eleito e eleitor ao associar um nome (no qual ele votou ou não) como deputado de uma localidade na qual o eleitor reside. A pessoa sabe em qual porta bater e a quem cobrar sobre escolhas e resultados políticos.

O sistema distrital coloca como central a discussão do espaço que será o território de cada representante. Os limites desse e a distribuição populacional dentro deles pode afetar diretamente o resultado do pleito. O exemplo abaixo mostra como um grupo de pessoas com preferência política constante pode gerar resultados diversos, a depender de como esse território é desenhado. A história dos Estados Unidos está repleta de exemplos de uso político das linhas das localidades, chamado de “gerrymander”. Seja ao concentrar uma força política em poucos locais ou dispersar ela por diferentes distritos, a ação política ou a própria geografia pode afetar os resultados. As regras e instituições que guiam o desenho devem ser bem pensadas para não permitir maiorias parlamentares que não se originam na maioria dos votos.

Apesar de simples e de aproximar o eleitor do representante, o sistema distrital tem um grande problema. Como a lógica dele é toda em torno de disputas localizadas, o resultado final de representantes eleitos não se adequa fielmente as diversidades de opiniões relevantes da população geral. Uma breve pesquisa nas eleições britânicas de 2010\* mostra que o sistema distrital daquele país beneficiou os partidos maiores, como o Partido Conservador, que recebeu 36% dos votos, mas ocupou 47% das cadeiras disponíveis, e impôs perdas ao Partido Liberal-Democrata, que recebeu 23% dos votos, mas só ocupou 9% das cadeiras. Com eleitores espalhados em diversas localidades, mas raramente maioria, a forma de votação faz com que este partido seja constantemente sub-representado no Parlamento Britânico.

Além disso, o voto distrital é acusado de gerar uma dinâmica política com apenas dois partidos. É a *Lei de Duverger*. É verdade que essa dinâmica tende a gerar disputa entre dois polos nos diversos locais específicos, mas isso não significa que no país existirão apenas dois partidos. As forças que disputam em cada local não são necessariamente as mesmas. O próprio Reino Unido é prova disso.

Os sistemas eleitorais tem seus pontos fracos e fortes. A decisão sobre eles deve considerar os incentivos que se quer gerar para políticos e eleitores. O sistema distrital traz a elegância da simplicidade e permite a você saber facilmente quem te representa no Congresso. O preço dessas qualidades, no entanto, é pago na proporcionalidade entre o voto e as cadeiras distribuídas.

\* <http://news.bbc.co.uk/2/shared/election2010/results/>

## Sobre o autor



Luís Felipe G. da Graça

---

## Deixe um Comentário

SEU NOME

SEU E-MAIL \*

COMENTÁRIO \*

SALVAR

REGRAS

## Posts recentes

**BLOG** 22/04/2015

Orçamento 2015 é sancionado pela Presidente Dilma

**MOSAICO** 16/04/2015

Governo inicia processo orçamentário para o ano de 2016

**BLOG** 15/04/2015

Reforma Política [3]: O Distritão e as armadilhas da simplicidade

**BLOG** 09/04/2015

Reforma Política [2]: Sistemas Majoritários e o Voto Distrital

**BLOG** 07/04/2015

Clássico Fla-Flu do Campeonato Carioca alimenta polêmicas nas redes



Fundação Getúlio Vargas



FGV DAPP



blog da dapp

Café.art.br

BIBLIOTECAS



PARCERIAS



EQUIPE

CONTATO

PT

EN

Web2PDF

converted by Web2PDFConvert.com